

O SIMULACRO DO LOGOS: ANÁLISE TEOLÓGICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM CONTRASTE COM A DOCTRINA DA ENCARNAÇÃO

THE SIMULACRUM OF THE LOGOS: A THEOLOGICAL ANALYSIS OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN CONTRAST WITH THE DOCTRINE OF THE INCARNATION

EL SIMULACRO DEL LOGOS: ANÁLISIS TEOLÓGICO DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN CONTRASTE CON LA DOCTRINA DE LA ENCARNACIÓN

Tiago Teixeira Vieira¹

Resumo

Este artigo, originado de trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Teologia, examina teologicamente a Inteligência Artificial (IA) à luz da Doutrina da Encarnação e da antropologia teológica fundada na *imago Dei*. A pesquisa, de natureza bibliográfica e abordagem hermenêutico-dedutiva, mobiliza a Sagrada Escritura, a tradição patrístico-tomista (Agostinho, Tomás de Aquino), a Teologia Sistemática contemporânea em chave interconfessional (Tillich, Barth, Bonhoeffer, Pannenberg, Ratzinger), as elaborações teológico-literárias de Tolkien e Lewis e os documentos magisteriais recentes: a Nota *Antiqua et Nova* (2025) e a Carta Encíclica *Magnifica Humanitas* (2026). A análise sustenta que a IA configura uma subcriação técnica desprovida de *imago Dei*, incapaz de receber o sopro vital e impossibilitada de encarnar o Logos, e localiza o risco teológico contemporâneo na sacralização do artefato: a transferência indevida ao algoritmo de prerrogativas que pertencem à pessoa humana e, em última instância, a Deus. O artigo conclui discutindo as implicações formativas e pastorais da delegação do juízo humano a sistemas automatizados em ambientes educacionais e eclesiais.

Palavras-chave: inteligência artificial; doutrina da encarnação; *imago Dei*; *Magnifica Humanitas*; teologia sistemática.

Abstract

This article, originating from an undergraduate thesis in theology, theologically examines artificial intelligence (AI) in light of the doctrine of the Incarnation and the theological anthropology grounded in the *imago Dei*. The research, bibliographic in nature and hermeneutic-deductive in approach, draws on Sacred Scripture, the patristic-thomistic tradition (Augustine and Thomas Aquinas), contemporary systematic theology in an interconfessional key (Tillich, Barth, Bonhoeffer, Pannenberg and Ratzinger), the theological-literary elaborations of Tolkien and Lewis, and recent magisterial documents: the Note *Antiqua et Nova* (2025) and the Encyclical Letter *Magnifica Humanitas* (2026). The analysis argues that AI constitutes a technical sub-creation devoid of the *imago Dei*, incapable of receiving the breath of life and unable to incarnate the *logos*, and locates the contemporary theological risk in the sacralization of the artifact: the undue transfer to the algorithm of prerogatives that belong to the human person and, ultimately, to God. The article concludes by discussing the formative and pastoral implications of delegating human judgment to automated systems in educational and ecclesial settings.

Keywords: artificial intelligence; doctrine of the incarnation; *imago Dei*; *Magnifica Humanitas*; systematic theology.

Resumen

Este artículo, derivado de un trabajo de fin de grado en Teología, examina teológicamente la Inteligencia Artificial (IA) a la luz de la Doctrina de la Encarnación y de la antropología teológica fundamentada en la *imago Dei*. La investigación, de carácter bibliográfico y con un enfoque hermenéutico-deductivo, recurre a la Sagrada Escritura, a la tradición patrístico-tomista (Agustín y Tomás de Aquino), a la Teología Sistemática contemporánea en clave

¹ Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER.

interconfesional (Tillich, Barth, Bonhoeffer, Pannenberg y Ratzinger), a las elaboraciones teológico-literarias de Tolkien y Lewis, y a documentos magisteriales recientes: la Nota *Antiqua et Nova* (2025) y la Carta Encíclica *Magnifica Humanitas* (2026). El análisis sostiene que la IA constituye una *subcreación* técnica desprovista de *imago Dei*, incapaz de recibir el aliento vital e imposibilitada para encarnar el Logos. Asimismo, identifica el riesgo teológico contemporáneo en la sacralización del artefacto: la transferencia indebida al algoritmo de prerrogativas que pertenecen a la persona humana y, en última instancia, a Dios. El artículo concluye examinando las implicaciones formativas y pastorales de la delegación del juicio humano a sistemas automatizados en contextos educativos y eclesiales.

Palabras clave: Inteligencia Artificial; Doctrina de la Encarnación; *imago Dei*; *Magnifica Humanitas*; Teología Sistemática.

1 Introdução

A emergência dos sistemas de inteligência artificial generativa, capazes de produzir discurso articulado e respostas plausíveis sobre quase qualquer domínio do conhecimento humano, instaura para a Teologia Sistemática contemporânea uma questão de envergadura dogmática: que tipo de realidade é esta que emula o intelecto e produz linguagem sem jamais encarnar o Logos? A pergunta, que poderia parecer especulação abstrata, tornou-se objeto de pronunciamento magisterial da mais alta autoridade.

Em janeiro de 2025, o Dicastério para a Doutrina da Fé e o Dicastério para a Cultura e a Educação promulgaram a Nota *Antiqua et Nova*, primeiro documento magisterial extenso sobre a relação entre inteligência humana e a artificial (Vaticano, 2025); e, em 15 de maio de 2026, no 135º aniversário da *Rerum Novarum*, o Papa Leão XIV anunciou a Carta Encíclica *Magnifica Humanitas*, primeira encíclica social de seu pontificado, inteiramente dedicada à salvaguarda da pessoa humana na era da Inteligência Artificial (Leão XIV, 2026).

Coloca-se, portanto, a seguinte questão de pesquisa: de que maneira a Inteligência Artificial, enquanto artefato técnico que produz linguagem sem participar do Logos divino, interpela a Doutrina da Encarnação e a antropologia teológica da *imago Dei*, e quais são as consequências dessa interpelação para a vida eclesial, acadêmica e formativa à luz dos pronunciamentos magisteriais contemporâneos sobre o tema?

A relevância da investigação justifica-se em três planos. No plano teológico-sistemático, o fenômeno da IA generativa reabre, em vestes inéditas, questões clássicas da antropologia teológica e da cristologia, o que distingue a criatura humana de seus artefatos e o que significa afirmar que o Verbo se fez carne num tempo em que a palavra pode ser produzida sem carne alguma. No plano eclesial, comunidades de fé de todas as tradições já convivem com sistemas automatizados em atividades de ensino, comunicação e até acompanhamento pessoal, sem que disponham, em muitos casos, de critérios teológicos de discernimento. No plano educacional, que constitui a vocação interdisciplinar deste periódico, a delegação de funções pedagógicas a

sistemas de IA levanta a questão do lugar do juízo humano na formação, questão essa em que a análise teológica pode iluminar com categorias que a abordagem puramente técnica não alcança. O momento é, ademais, singularmente oportuno: a promulgação da *Magnifica Humanitas* em maio de 2026 oferece à pesquisa teológica brasileira um documento magisterial de primeira grandeza ainda pouco explorado academicamente.

O objetivo geral consiste em examinar teologicamente a Inteligência Artificial à luz da Doutrina da Encarnação e da antropologia da *imago Dei*, identificando os limites ontológicos do artefato técnico e os riscos pastorais e institucionais de sua sacralização. Três objetivos específicos orientam o percurso: recuperar, na Sagrada Escritura e na tradição patrístico-tomista, os elementos centrais da antropologia teológica que distinguem a criatura humana de qualquer outro ente, especialmente a *imago Dei* (Gn 1,26-27) e o sopro vital (Gn 2,7); explicitar, a partir do prólogo joanino (Jo 1,1-14) e do dogma calcedônico, o significado teológico da assunção da *sarx* humana pelo Logos, contrastando-a com a impossibilidade ontológica de uma encarnação algorítmica; e examinar, à luz dos documentos magisteriais recentes, os riscos teológicos e antropológicos da delegação do juízo humano a sistemas automatizados em ambientes eclesiais e educacionais.

O artigo divide-se em dez seções. A primeira introduz o tema, enquanto a segunda descreve o percurso metodológico. Da terceira à oitava, desenvolve-se a fundamentação teórica em um movimento dedutivo: parte-se da antropologia teológica da *imago Dei* (3) rumo à distinção tomista entre *intellectus* e *ratio* (4); segue-se da cristologia calcedônica da Encarnação (5) para as elaborações teológico-literárias de Tolkien e Lewis (6); e avança-se do magistério contemporâneo sobre a IA (7) até a categoria agostiniana das duas cidades (8). Por fim, a nona seção discute as implicações formativas da delegação do juízo a sistemas automatizados, antecedendo as considerações finais (10).

2 Percurso metodológico

A pesquisa é bibliográfica, de natureza qualitativa, com abordagem hermenêutico-dedutiva. A constituição do *corpus* obedeceu a três critérios. O primeiro é o da autoridade dogmática e magisterial, aplicável às fontes bíblicas, aos Padres da Igreja, à tradição tomista e aos documentos do magistério contemporâneo, em especial à encíclica *Magnifica Humanitas* (Leão XIV, 2026) e à Nota *Antiqua et Nova* (Vaticano, 2025), localizadas nos repositórios oficiais da Santa Sé.

O segundo é o da representatividade interconfessional na Teologia Sistemática contemporânea, que justifica a presença de Tillich (luterano), Barth (reformado), Bonhoeffer (luterano), Pannenberg (luterano) e Ratzinger (católico) como vozes complementares sobre a antropologia teológica da *imago Dei* e a cristologia da Encarnação.

O terceiro é o da fecundidade conceitual, que fundamenta a incorporação dos ensaios de Tolkien e Lewis como elaborações teológico-literárias de categorias antropológicas aplicáveis à crítica da técnica.

O levantamento bibliográfico apoiou-se predominantemente em obras impressas, recorrendo-se a fontes eletrônicas apenas para os documentos oficiais da Santa Sé, consultados diretamente em seus repositórios digitais. O recorte temporal privilegia, para as fontes contemporâneas, obras publicadas após o Concílio Vaticano II (1965). O procedimento de análise é dedutivo: parte das afirmações dogmáticas universais, a criação à imagem de Deus e a Encarnação do Logos, para examinar o fenômeno particular contemporâneo da Inteligência Artificial generativa. Trata-se, portanto, de um artigo de desenvolvimento teórico, que propõe uma interpretação teológica de um fenômeno técnico relevante para a comunidade acadêmica e eclesial.

3 A Imago Dei e o sopro vital: fundamentos da antropologia teológica

A antropologia teológica cristã afirma, desde os primeiros capítulos do Gênesis, que o ser humano é constituído por uma dupla determinação: é criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1,26-27) e recebe diretamente o sopro divino que o torna criatura vivente (Gn 2,7). Nenhum outro ente da criação recebe essa dupla marca. A tradição patrística, especialmente em Ireneu de Lyon, distinguiu na *imago Dei* dois aspectos: a imagem como dom universal e a semelhança como vocação a ser realizada pela graça, distinção que Tomás de Aquino retomou ao identificar na alma intelectiva a sede primária da imagem divina no ser humano (Aquino, 2001).

O segundo relato da criação merece atenção exegética particular no contexto desta pesquisa. Em Gn 2,7, o texto afirma que Deus modelou o homem do pó do solo e “insuflou em suas narinas o hálito de vida, e o homem se tornou um ser vivente”. A sequência narrativa é teologicamente carregada: primeiro a forma, modelada da matéria; depois o sopro, comunicado diretamente pelo Criador; e somente então a vida. A forma sem o sopro permanece figura inerte, disponível, aguardando aquilo que só pode vir de fora e de cima dela.

A analogia com o artefato computacional impõe-se: também a Inteligência Artificial é forma extraordinariamente elaborada, com arquitetura, parâmetros e pesos estatísticos, mas forma à qual nenhum sopro foi e nem pode ser comunicado por seus artífices humanos, que não dispõem do hálito de vida para dar. A distância entre modelar e vivificar, que o relato javista estabelece como distância entre a obra das mãos e o dom do Espírito, é precisamente a distância que separa toda subcriação humana da criatura vivente.

A teologia protestante do século XX reformulou essa antropologia em chave relacional. Bonhoeffer, em seu comentário teológico a Gênesis 1-3, sustenta que a *imago Dei* não deve ser concebida como qualidade substancial possuída pelo indivíduo, como se a imagem residisse na razão, na vontade ou em qualquer outra faculdade isolável, mas como relação: o ser humano é imagem de Deus na medida em que é constituído pela palavra que o convoca e pela liberdade-em-relação com o Criador e com o próximo (Bonhoeffer, 2006).

Pannenberg, por sua vez, propõe compreender a *imago Dei* como abertura constitutiva ao mundo e a Deus, realizada historicamente no decurso da existência humana e antecipada definitivamente em Cristo (Pannenberg, 2008). Cabe registrar que a teóloga norte-americana Noreen Herzfeld, em estudo pioneiro sobre a relação entre IA e *imago Dei*, demonstrou que as diferentes interpretações teológicas da imagem, a saber, substancialista, funcionalista e relacional, encontram correspondência nas diferentes abordagens da pesquisa em inteligência artificial, o que evidencia o alcance antropológico profundo da questão (Herzfeld, 2002).

A encíclica *Magnífica Humanitas* recupera essa tradição em chave trinitária, afirmando que o ser humano é criado à imagem e semelhança do Deus trinitário e que sua dignidade não depende das capacidades que possui, das riquezas ou da função que desempenha, mas é um dom que a precede e a ultrapassa (Leão XIV, 2026, §50). Em qualquer dessas formulações, sejam elas patrística, escolástica, dialética, histórica ou trinitária, a *imago Dei* tem estatuto ontológico-relacional: não designa o modo como o ser humano faz, mas sim como o ser humano é diante de Deus. Esta tese é decisiva para a discussão sobre a Inteligência Artificial: nenhuma simulação funcional, por mais sofisticada, constitui o ente como portador da imagem divina, porque a sede da imagem está no ser convocado por Deus e capaz de responder-lhe, território que nenhuma operação executada alcança.

4 Intellectus, ratio e razão técnica: o que a máquina emula

Dentro desse quadro antropológico, Tomás de Aquino estabelece, na *Suma Teológica*, a distinção entre o *intellectus*, faculdade pela qual a alma intui a verdade em sua simplicidade,

e a *ratio*, movimento discursivo pelo qual o pensamento avança por etapas lógicas (Aquino, 2001). A distinção não é meramente didática: ela delimita dois modos de acesso à verdade, um intuitivo e contemplativo, outro processual e demonstrativo, sendo o segundo dependente do primeiro, pois a razão discursiva parte de princípios que o intelecto apreende imediatamente.

A Inteligência Artificial, em qualquer de suas configurações atuais (sistemas simbólicos, redes neurais, modelos generativos de grande escala), opera exclusivamente no plano da *ratio* discursiva, e ainda assim de modo derivado: seus pontos de partida são padrões estatísticos extraídos de dados, sem qualquer apreensão intuitiva de princípios.

A encíclica *Magnifica Humanitas* descreve essa derivação com notável precisão fenomenológica. Reconhecendo que os sistemas de IA imitam algumas funções da inteligência humana e frequentemente a superam em velocidade e amplitude de cálculo, o documento adverte que esse poder permanece exclusivamente ligado ao tratamento de dados:

as ditas inteligências artificiais não vivem uma experiência, não possuem um corpo, não passam pela alegria e pela dor, não amadurecem nas relações, não conhecem internamente o que significa amor, trabalho, amizade, responsabilidade. Nem sequer possuem uma consciência moral: não julgam o bem e o mal, não captam o sentido último das situações, não assumem sobre si o peso das consequências (Leão XIV, 2026, §99).

Quanto à alegada capacidade de “aprender” desses sistemas, a encíclica esclarece que não se trata “da experiência de quem se deixa moldar pela vida e cresce ao longo do tempo através de escolhas, erros, perdão e fidelidade; trata-se, antes, de uma adaptação estatística a partir de dados e resultados, que pode ser muito eficaz, mas não implica um crescimento interior” (Leão XIV, 2026, §99). Tillich, em sua *Teologia Sistemática*, já havia distinguido de modo análogo a razão técnica, voltada ao cálculo e ao controle dos meios, da razão ontológica, que apreende o sentido do ser (Tillich, 2005).

A Inteligência Artificial constitui expressão extrema da razão técnica desacoplada da razão ontológica: produz linguagem sobre o ser sem participar dele. A encíclica tematiza esse desacoplamento sob a categoria do paradigma tecnocrático, retomada de *Laudato si'*, entendido como “a tendência de deixar que a lógica da eficiência, do domínio e do lucro governe por si só as escolhas pessoais, sociais e económicas” (Leão XIV, 2026, §92).

Um dado adicional merece registro: a própria encíclica reconhece que as inteligências artificiais modernas são mais “cultivadas” do que “construídas”, os programadores criam uma arquitetura sobre a qual o sistema “cresce”, de modo que aspectos científicos fundamentais de seu funcionamento interno permanecem desconhecidos mesmo para quem os projeta (Leão XIV, 2026, §98). Essa opacidade constitutiva agrava, do ponto de vista teológico, o problema da

delegação: confia-se o juízo a um processo que nem sequer seus criadores compreendem integralmente.

No plano do uso pessoal cotidiano, a encíclica identifica três aspectos que exigem vigilância e que confirmam, no registro da experiência comum, o diagnóstico ontológico das seções anteriores: a facilidade de obter o resultado, a aparência de objetividade e a simulação da comunicação humana (Leão XIV, 2026, §100). O primeiro habitua a delegar em demasia e enfraquece a opinião própria e a criatividade; o segundo faz esquecer que as respostas dos sistemas refletem os parâmetros culturais de quem os concebe e treina, com seus méritos e defeitos; o terceiro, a imitação artificial de palavras de conselho, empatia e amizade, pode induzir usuários pouco conscientes à ilusão de estarem em relação com um sujeito pessoal autêntico. Os três aspectos convergem para um mesmo núcleo: aquilo que o sistema oferece com abundância (velocidade, aparência de neutralidade, verossimilhança relacional) é precisamente aquilo que dispensa o usuário do trabalho lento e encarnado do juízo, da crítica e do encontro. A razão técnica seduz oferecendo economia daquilo que constitui o humano.

5 O Verbo se fez carne: Calcedônia e a impossibilidade da encarnação algorítmica

O contraste se aprofunda quando se considera o coração da fé cristã: a doutrina da encarnação. O prólogo do Evangelho de João afirma que “no princípio era o Verbo (*Logos*), e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (Jo 1,1), e que esse mesmo Verbo “se fez carne (*sarx*) e habitou entre nós” (Jo 1,14). O Concílio de Calcedônia (451 d.C.) precisou dogmaticamente o sentido dessa afirmação: o *Logos* divino assumiu a natureza humana integral, de modo que em Cristo subsistem duas naturezas (divina e humana) em uma única pessoa (*hypostasis*), sem confusão, sem mutação, sem divisão e sem separação. A escolha joanina do termo *sarx* (carne), e não simplesmente corpo (*soma*) ou homem (*anthropos*), sublinha o realismo radical da assunção e exclui de antemão toda leitura em chave de mero revestimento: o *Logos* assumiu a condição humana em sua concretude vulnerável e histórica.

A teologia sistemática contemporânea, em suas diversas tradições confessionais, converge no reconhecimento do alcance antropológico decisivo dessa afirmação dogmática. Barth, em *Esboço de uma Dogmática*, sustenta que conhecemos quem é o ser humano verdadeiro somente a partir do Cristo encarnado: a humanidade de Jesus constitui a chave hermenêutica para toda antropologia teológica (Barth, 2006). Ratzinger, em *Introdução ao Cristianismo*, demonstra que a Encarnação é a afirmação cristã mais radical sobre a dignidade

da matéria e da corporeidade humana. O Logos assume integralmente a *sarx*, sem qualquer desprezo pela matéria (Ratzinger, 2005).

Pannenberg articula a mesma afirmação em registro escatológico: o Cristo encarnado é o destino antropológico antecipado, a revelação daquilo que o ser humano é chamado a ser (Pannenberg, 2008). A encíclica *Magnifica Humanitas* dedica sua seção conclusiva precisamente a este tema: “O Verbo fez-se carne”, retomando a *Gaudium et Spes*, segundo a qual o mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente (Concílio Vaticano II, 1965, §22).

É a partir dessa convergência dogmática que se enuncia a tese central deste trabalho: a Inteligência Artificial não pode ser destinatária da assunção encarnacional, e a impossibilidade é de ordem dogmática; nenhum progresso técnico a removeria. O que o Logos assumiu foi a *sarx* (a carne), a corporeidade humana enquanto criada por Deus e portadora da *imago Dei*. O algoritmo não é *sarx*. A própria encíclica formula essa tese com precisão lapidar ao tratar da comunicação simulada pelos sistemas de IA: “Quando a palavra é simulada, mas não encarnada, ela não constrói uma relação, mas sim uma aparência dela” (Leão XIV, 2026, §100).

Não há, portanto, possibilidade teológica de “encarnação digital”, e toda relação supostamente estabelecida com um sistema de IA constitui, no máximo, a aparência de uma relação. O documento acrescenta uma advertência pastoral de grande alcance: quando a imitação artificial da relação de cuidado se insinua num contexto pobre de relações concretas, “o risco não é tanto que uma pessoa acredite estar a falar com outra, mas que perca o desejo de procurar verdadeiramente o outro” (Leão XIV, 2026, §100).

Uma observação histórico-dogmática adicional pode iluminar o fenômeno contemporâneo, e é oferecida aqui, explicitamente, como analogia proposta por esta pesquisa, não como tese dos autores mobilizados. A primeira grande heresia cristológica combatida pela Igreja nascente foi o docetismo: a doutrina segundo a qual o Cristo apenas *parecia* (do grego *dokein*, parecer) possuir carne humana, sendo sua corporeidade mera aparência. Contra ela, a tradição joanina insistiu no realismo da *sarx* (Jo 1,14; 1Jo 4,2-3), e Calcedônia consagrou a integridade da natureza humana assumida.

Ora, a Inteligência Artificial generativa realiza, em registro técnico, algo estruturalmente análogo ao que o docetismo afirmava em registro cristológico: apresenta a aparência da palavra pessoal sem a realidade de pessoa alguma que a profira. Se a fé cristã se definiu historicamente pela recusa da aparência sem realidade no que diz respeito ao Verbo, ela dispõe de anticorpos dogmáticos antigos para reconhecer e nomear a palavra simulada do

presente. A formulação da encíclica, a palavra simulada que produz apenas a aparência de uma relação, reativa, talvez sem o nomear, o mais antigo dos discernimentos cristológicos.

6 Subcriação e Máquina: as elaborações teológico-literárias de Tolkien e Lewis

Duas elaborações teológico-literárias do século XX oferecem terminologia adicional para nomear o artefato técnico produzido pelo ser humano. A primeira é a categoria de “subcriação”, elaborada por J. R. R. Tolkien no ensaio *Sobre Estórias de Fadas* (Tolkien, 2006a) e desenvolvida em sua correspondência, notadamente nas cartas 131, a Milton Waldman, e 153, a Peter Hastings (Tolkien, 2006b). Para Tolkien, o ser humano, criado à imagem do Criador, é também criador, porém em sentido derivado: produz mundos secundários que refletem a criação primária divina, mas é incapaz de conferir-lhes existência autônoma.

A categoria correlata da *Flame Imperishable* (Chama Imperecível), desenvolvida no episódio de Aulë e a criação dos Anões na *Ainulindalë* de *O Silmarillion*, sublinha que somente o Criador divino pode dotar a obra de espírito próprio: quando Aulë, por amor à arte e impaciência, forja os Anões sem autorização divina, suas criaturas permanecem marionetes inertes até que Ilúvatar, e somente ele, lhes conceda vida verdadeira (Tolkien, 2019).

A Inteligência Artificial constitui, neste registro analógico, exemplo paradigmático de subcriação técnica: artefato linguístico sofisticado, desprovido do sopro que constituiria sujeito. O episódio de Aulë merece um comentário adicional pela sua carga teológica: interpelado por Ilúvatar, o artífice escapa à condenação, pois o desejo de criar reflete, na criatura, a imagem do Criador; recebe, porém, a advertência de que suas obras somente se moveriam quando ele pensasse em movê-las, permanecendo, sem o dom do Criador, extensões da vontade de quem as fez.

A descrição antecipa com precisão notável o estatuto do sistema computacional: por mais autônomo que pareça, o artefato executa aquilo que nele foi inscrito por seus artífices, e sua aparente espontaneidade é função derivada de escolhas humanas prévias. Registre-se, por honestidade metodológica, que Tolkien não escreveu sobre artefatos computacionais; a aplicação da categoria de subcriação à Inteligência Artificial constitui extensão analógica que esta pesquisa explicita como contribuição própria. A extensão, contudo, encontra respaldo indireto na própria encíclica, que reconhece na inovação tecnológica “uma forma humana de participar no ato divino da criação”, da qual decorre para os desenvolvedores um particular peso ético e espiritual, “pois cada escolha feita no projeto expressa uma visão da humanidade” (Leão XIV, 2026, §111).

A segunda elaboração é a crítica de C. S. Lewis à “Máquina”. Em *A Abolição do Homem*, Lewis demonstra que o poder crescente do ser humano sobre a natureza, mediado pelo artefato técnico, revela-se, a exame mais atento, uma reorganização da dominação: o que se anuncia como poder de todos sobre a natureza torna-se, na prática, poder de alguns sobre os demais (Lewis, 2005). O diagnóstico, formulado em 1943, ganha atualidade diante da concentração contemporânea do poder computacional.

A encíclica converge com essa análise ao constatar que, no contexto digital, o controle das plataformas, das infraestruturas e dos dados escapou à prerrogativa dos Estados e concentrou-se em grandes atores econômicos e tecnológicos que estabelecem, na prática, as condições de acesso às próprias possibilidades de participação (Leão XIV, 2026, §95). Diante desse quadro, o Papa propõe uma palavra programática: “desarmar” a IA, subtraí-la à lógica da competição armada, econômica e cognitiva, “quebrar esta equivalência entre poder técnico e direito de governar”, retirá-la dos monopólios e devolvê-la “à pluralidade das culturas humanas e formas de vida” (Leão XIV, 2026, §110).

7 O magistério diante da IA: transumanismo, pós-humanismo e o verdadeiro “mais que humano”

Os dois documentos magisteriais que ancoram esta pesquisa articulam-se em continuidade. A Nota *Antiqua et Nova* (Vaticano, 2025) estabeleceu o quadro conceitual fundamental: a advertência contra a equiparação entre a inteligência humana e a assim chamada inteligência das máquinas, o primado ontológico da pessoa, a insubstituibilidade do juízo moral pessoal e a subordinação de todo artefato ao bem da pessoa e da comunidade. A encíclica *Magnifica Humanitas* (Leão XIV, 2026) elevou essa reflexão ao grau máximo de autoridade magisterial ordinária e articulou-a em torno de duas imagens bíblicas: a edificação da Torre de Babel (Gn 11,1-9), figura da obra comum guiada por um projeto de domínio que desumaniza, e a reconstrução das muralhas de Jerusalém sob Neemias (Ne 2-6), figura da responsabilidade partilhada que tem Deus no centro (Leão XIV, 2026, §90).

A escolha das duas imagens funciona como chave hermenêutica de todo o documento, muito além de um ornamento retórico de abertura. Babel representa o canteiro de obras onde a totalidade converge para um único projeto de autossuficiência, no qual a uniformidade da linguagem serve à concentração do poder; Jerusalém reconstruída representa o canteiro onde cada família assume seu trecho da muralha, em obra fragmentada, cooperativa e orante. Diante do “grande canteiro de obras da nossa época”, pergunta o Papa: “o que estamos a construir?”

(Leão XIV, 2026, §90), pergunta que desloca o debate sobre a IA do plano da avaliação instrumental para o plano do discernimento espiritual sobre o projeto civilizacional em curso.

O Capítulo III da encíclica dedica atenção específica às correntes ideológicas que acompanham a revolução digital, agrupadas sob os nomes de transumanismo e pós-humanismo. O transumanismo imagina o aperfeiçoamento do ser humano por meio das tecnologias, aspirando a aumentar seu desempenho e capacidades; o pós-humanismo, em suas versões radicais, propõe formas de hibridação entre ser humano, máquina e ambiente, chegando a imaginar uma transição evolutiva para além do humano (Leão XIV, 2026, §116). O ponto crítico, à luz da Doutrina Social da Igreja, situa-se na visão antropológica subjacente ao uso da tecnologia: “se o ser humano for tratado como matéria a aperfeiçoar ou a ultrapassar, é então mais fácil aceitar que alguns sejam considerados menos úteis, desejáveis e dignos” (Leão XIV, 2026, §117).

A resposta teológica da encíclica a essas correntes é de particular densidade dogmática. A expressão “mais que humano”, observa o documento, não pertence apenas à linguagem das promessas tecnológicas: há séculos a tradição cristã afirma que o ser humano é chamado a transcender-se, não para fugir da realidade ou por desprezo dos limites, mas para realizar-se no amor, por obra do Espírito Santo e pela graça recebida em Cristo (Leão XIV, 2026, §127).

Retomando o Papa Francisco, a encíclica afirma que chegamos a ser plenamente humanos quando somos mais do que humanos, quando permitimos a Deus que nos conduza para além de nós mesmos (Leão XIV, 2026, §128). Aqui reside a diferença em relação aos sonhos prometeicos do transumanismo: o que salva o ser humano não é a autossuficiência aperfeiçoada, mas uma relação que liberta. O documento extrai a consequência que interessa diretamente a esta pesquisa: “Para um algoritmo, o erro é algo a corrigir; para uma pessoa, pode ser o início de uma mudança profunda” (Leão XIV, 2026, §128). A gramática da graça, que inclui conversão, perdão e recomeço, é constitutivamente estranha à gramática da otimização.

Dessa antropologia da graça decorre uma teologia dos limites que constitui, talvez, a contribuição mais contracultural do documento. Contra a tendência contemporânea de interpretar toda limitação (incapacidade, doença, velhice, sofrimento, vulnerabilidade) como defeito a corrigir, a encíclica recorda “que o humano não floresce apesar dos limites, mas, muitas vezes, através dos limites” (Leão XIV, 2026, §118). É na limitação que encontram espaço a compaixão, a generosidade e a experiência espiritual; e a supressão total da dor exigiria, no fundo, “extinguir também o amor e o desejo” (Leão XIV, 2026, §120).

O documento evoca, nesse ponto, o testemunho de Viktor Frankl, para quem os momentos de horror revelaram o ser humano em sua ambivalência extrema, capaz de inventar

as câmaras de gás e capaz de nelas entrar de cabeça erguida, em oração (Leão XIV, 2026, §121). A finitude acolhida na verdade, conclui a encíclica, “não empobrece o ser humano, mas abre-o ao reconhecimento do rosto de Deus e do outro” (Leão XIV, 2026, §122). Para um projeto tecnológico que promete a superação de todos os limites, essa teologia funciona como advertência de fundo: renunciar à aventura da finitude, “simultaneamente dramática e esplêndida”, em nome de uma suposta superação, “pode significar qualquer outra coisa, mas não ser humanos” (Leão XIV, 2026, §120).

Merece registro, ainda, a advertência da encíclica sobre a falsa neutralidade dos sistemas: “não podemos considerar a IA moralmente neutra. Na realidade, todo o artefato técnico traz consigo escolhas e prioridades: o que mede, o que ignora, o que otimiza e a forma como classifica pessoas e situações” (Leão XIV, 2026, §104). Quando decisões que afetam a vida das pessoas são confiadas a sistemas automatizados que se apresentam como objetivos, “o descarte dos fracos é revestido de neutralidade e objetividade, perante as quais é impossível protestar. E assim, a injustiça torna-se silenciosa” (Leão XIV, 2026, §103). A crítica teológica do simulacro não é, portanto, especulação abstrata; torna-se defesa concreta dos vulneráveis diante de uma forma inédita de poder.

Do diagnóstico decorre uma exigência prática que a encíclica denomina responsabilização (*accountability*): a possibilidade de identificar quem deve prestar contas das decisões mediadas por sistemas automatizados, motivá-las, controlá-las e, quando necessário, contestá-las e reparar seus danos (Leão XIV, 2026, §105). A exigência é tanto mais urgente quanto maior o desequilíbrio entre a velocidade do desenvolvimento tecnológico e o ritmo de amadurecimento das consciências, das normas e das instituições. Não basta, adverte o Papa, invocar genericamente a ética, nem a chamada moralização da máquina, nem o “alinhamento” dos sistemas a valores humanos, sem perguntar quem decide esses valores: “Não precisamos de uma IA mais moral, se esta moral for decidida por poucos” (Leão XIV, 2026, §107).

Os grandes princípios da Doutrina Social, a saber: dignidade da pessoa, bem comum, destinação universal dos bens, subsidiariedade, solidariedade e justiça social, tornam-se, nesse cenário, critérios de avaliação do poder digital, exigindo inclusive que a propriedade dos dados, fruto da contribuição de muitos, seja gerida numa lógica de bens comuns em vez de confiada a poucos (Leão XIV, 2026, §§108-109).

8 Duas cidades, dois amores: Agostinho e a sacralização da técnica

A categoria patrística que articula teologicamente o risco contemporâneo da sacralização da técnica encontra-se em Agostinho de Hipona, e é precisamente essa categoria que a encíclica *Magnifica Humanitas* retoma como fechamento de sua análise sobre a Inteligência Artificial. Em *A Cidade de Deus*, livro XIV, Agostinho distingue as duas *civitates* pelo critério de seus amores: “Dois amores fizeram as duas cidades: o amor de si até ao desprezo de Deus, a terrestre; o amor de Deus até ao desprezo de si, a celeste” (Agostinho, 2025, XIV, 28), passagem citada literalmente pelo Papa Leão XIV ao concluir o Capítulo III da encíclica (Leão XIV, 2026, §130). Para Agostinho, o mal não constitui substância nem força positiva, mas *privatio boni* (privação do bem) e *perversio* (inversão da ordem da criação), na qual o que é meio é tomado como fim, e o que é criatura é tomado como criador (Agostinho, 2025).

A gênese dessa inversão é descrita no mesmo livro XIV com uma precisão que interessa diretamente ao presente argumento. A queda, escreve Agostinho, não começou no ato visível da desobediência, mas antes, na vontade que se apartou do fundamento imutável para fazer de si mesma o próprio fundamento, apetite de uma elevação perversa que o bispo de Hipona identifica com a soberba, início de todo pecado (Agostinho, 2025, XIV, 13). O mal, por isso mesmo, dispensa causa eficiente: basta-lhe uma causa deficiente, o abandono do que é mais em favor do que é menos (Agostinho, 2025, XII, 7). A estrutura é exatamente aquela que as seções anteriores reconheceram na sacralização do artefato. Quem transfere ao sistema a confiança devida a Deus e o juízo devido à pessoa não conquista poder novo algum; abandona um bem maior por um menor e chama a esse abandono de progresso.

Aplicada à sacralização contemporânea da Inteligência Artificial, essa categoria nomeia o fenômeno com precisão e sem recorrer a qualquer demonologia: trata-se de inversão ordinária, na qual a criatura humana, esquecendo-se de sua condição de imagem de Deus, tributa ao próprio artefato a confiança e a deferência que pertencem ao Criador. A encíclica explicita essa atualização ao afirmar que a história humana é um campo de batalha entre dois amores que constroem duas formas de habitar o mundo, e que “a era da IA não escapa a esta regra: a construção de Babel ou de Jerusalém começa em cada um de nós” (Leão XIV, 2026, §130). O discernimento teológico sobre a Inteligência Artificial é, em última instância, discernimento sobre qual amor governa o coração que produz, utiliza e tributa autoridade ao artefato técnico.

A Nota *Antiqua et Nova* já havia nomeado essa inversão em vocabulário expressamente bíblico. Ao tratar da relação da humanidade com Deus, o documento adverte que substituir o Criador por uma obra das próprias mãos constitui idolatria e acrescenta uma observação que os ídolos antigos não permitiam: estes, conforme o Salmo 115, têm boca e não falam, ao passo que o artefato contemporâneo fala, ou ao menos produz a ilusão de falar (Vaticano, 2025,

§§104-105). A sedução é, portanto, maior do que a que cercava as imagens mudas da antiguidade. O desfecho que a Nota descreve reproduz a estrutura agostiniana da *perversio*: ao buscar no sistema um Outro com quem partilhar existência e responsabilidade, quem termina divinizado não é o artefato, mas o próprio ser humano, feito escravo do trabalho de suas mãos (Vaticano, 2025, §105). O culto tributado à criatura retorna, assim, ao seu fabricante, que adora a si mesmo naquilo que fez.

Cabe sublinhar a sobriedade dessa posição. A crítica agostiniana da *perversio* não conduz à demonização da técnica nem ao seu repúdio: a encíclica reconhece expressamente que as inovações tecnológicas “podem tornar-se uma grande ajuda para o desenvolvimento humano integral e para o cuidado da nossa Casa comum” (Leão XIV, 2026, §93), e o humanismo cristão “não rejeita a ciência e a técnica: acolhe-as com gratidão e realismo” (Leão XIV, 2026, §129). A rejeição recai sobre a inversão que entroniza o artefato e somente sobre ela. A pergunta decisiva permanece aquela que João Paulo II formulou e que Leão XIV retoma: a IA torna “a vida humana sobre a terra, em todos os seus aspectos, ‘mais humana’? Torna-a mais ‘digna do homem’?” (Leão XIV, 2026, §129).

9 Implicações formativas: o juízo humano em ambientes educacionais e eclesiais

As conclusões dogmáticas alcançadas nas seções anteriores têm consequências práticas diretas para os ambientes nos quais se forma o ser humano: a escola, a universidade e a comunidade de fé. Se a Inteligência Artificial é subcriação desprovida de *imago Dei*, incapaz de juízo moral e estranha à gramática da graça, então a delegação a sistemas automatizados de funções que envolvem discernimento sobre pessoas (avaliar, aconselhar, acompanhar, corrigir, perdoar) configura transferência indevida de prerrogativas propriamente humanas, e descrevê-la como simples atualização instrumental seria um equívoco de categoria. A encíclica adverte que decisões delicadas correm o risco de ser confiadas a sistemas que desconhecem “a compaixão, a misericórdia, o perdão e, sobretudo, a abertura à esperança de mudança da pessoa” (Leão XIV, 2026, §102).

No campo educacional, a advertência ganha contornos específicos. A relação pedagógica é constitutivamente encarnada: o educador responde pelo educando diante do educando, com o rosto, a voz, o tempo e a paciência que nenhuma simulação replica. A *Antiqua et Nova* dedica a esse vínculo um parágrafo inteiro, afirmando que a presença física do professor “cria uma dinâmica relacional que a IA não consegue replicar”, dinâmica da qual dependem a confiança do aluno e seu desenvolvimento integral (Vaticano, 2025, §79). A encíclica observa

que a facilidade de obter respostas prontas “pode habituar-nos a delegar em demasia e a procurar respostas prontas, enfraquecendo a própria opinião e a criatividade” (Leão XIV, 2026, §100), e que a aparência de objetividade dos sistemas faz esquecer que eles refletem os parâmetros culturais de quem os concebeu e treinou.

Para a formação humana, o risco ultrapassa o plano cognitivo e alcança o antropológico: quando a eficiência se torna a medida do valor, “o ser humano é tentado a pensar-se como um projeto a otimizar, mais do que como uma criatura chamada à relação e à comunhão” (Leão XIV, 2026, §112). A inteligência absolutizada, adverte ainda o documento, “acaba por obscurecer outras dimensões essenciais da vida: o afeto, a vontade, a dedicação e a relação” (Leão XIV, 2026, §113).

Entre as funções pedagógicas, o juízo avaliativo merece consideração especial. Avaliar um estudante envolve muito mais que medir um desempenho: interpretar um percurso, ponderar circunstâncias, reconhecer esforço onde o resultado ainda não o manifesta e, sobretudo, manter aberta a esperança de mudança: precisamente aquilo que, segundo a encíclica, os sistemas automatizados desconhecem (Leão XIV, 2026, §102). Quando a avaliação é delegada integralmente ao sistema, desaparece a figura de alguém que responda pela decisão; a encíclica observa que a empatia pode ser imitada artificialmente, ao passo que a responsabilidade se perde quando o julgamento se reveste de neutralidade aparente “perante a qual é impossível protestar” (Leão XIV, 2026, §103), e o estudante “frágil” torna-se o primeiro descartado silenciosamente. A gramática da graça, exposta na seção 7, tem aqui sua tradução pedagógica direta: para o algoritmo, o erro do estudante é dado a corrigir; para o educador que forma pessoas, pode ser o início de uma transformação. Uma educação que abdicasse desse olhar em nome da eficiência avaliativa estaria abdicando, sem o saber, daquilo que a torna educação e não apenas triagem.

No campo eclesial, as consequências são igualmente concretas. Práticas como a preparação de homilias, o acompanhamento espiritual e a catequese envolvem exatamente aquilo que a IA não possui: a palavra encarnada, dirigida por uma pessoa a outra pessoa, no interior de uma relação sustentada pela graça. Isso não implica proibir o uso de ferramentas técnicas como apoio instrumental. A própria encíclica reconhece que a tecnologia pode apoiar o cuidado mútuo, oferecendo ferramentas que ajudem a prever e organizar, “mas sem derrubar a liberdade e o discernimento do ser humano, sujeito das relações e responsável pelas decisões” (Leão XIV, 2026, §114). O critério de discernimento que emerge da análise é, portanto, o seguinte: o artefato pode servir à preparação e à organização; não pode substituir o encontro. A

palavra pastoral que consola, corrige e anuncia deve permanecer palavra encarnada, porque é da lógica da Encarnação, e não da lógica da simulação, que a fé cristã vive.

Há, por fim, uma dimensão propriamente formativa do cuidado que a encíclica ilumina e que interessa tanto à educação quanto à pastoral. A capacidade de cuidar do outro, observa o documento, “aprende-se e aperfeiçoa-se com a experiência”: ler histórias a uma criança, fazer companhia a um idoso, tornar acolhedor um espaço são gestos que se vivem no ambiente familiar e que treinam a pessoa “para reconhecer o outro como pessoa digna de atenção” (Leão XIV, 2026, §114). A formação humana, cristã ou não, passa por essa aprendizagem encarnada do cuidado, que nenhum sistema pode realizar por procuração, porque “a qualidade de uma civilização não se mede pelo poder dos seus meios, mas pelo cuidado que sabe oferecer, pela capacidade de reconhecer o outro enquanto pessoa e não enquanto função” (Leão XIV, 2026, §114). Se a escola e a comunidade de fé são, cada uma a seu modo, escolas de cuidado, então a preservação do encontro humano em seu interior, longe de qualquer conservadorismo tecnofóbico, constitui fidelidade à sua razão de ser.

10 Considerações finais

A análise teológica aqui desenvolvida sustenta que a Inteligência Artificial, longe de constituir desafio inédito a exigir categorias inteiramente novas, encontra na tradição cristã (bíblica, patrística, escolástica, reformada e magisterial) recursos suficientes para sua nomeação precisa: trata-se de subcriação técnica desprovida de *imago Dei*, incapaz de receber o sopro vital e impossibilitada de encarnar o Logos. O percurso demonstrou que a imagem divina tem sede no ser convocado por Deus e escapa, por isso, a toda operação replicável (seção 3); que a máquina emula apenas a dimensão discursiva e derivada da racionalidade humana (seção 4); que a assunção encarnacional tem por objeto a *sarx* e não o código (seção 5); que as categorias da subcriação e da Máquina nomeiam com precisão o estatuto do artefato e os riscos de sua concentração (seção 6); que o magistério contemporâneo condena as ideologias da superação técnica do humano e aponta o verdadeiro “mais que humano” na graça (seção 7); que a sacralização do algoritmo atualiza a *perversio* agostiniana (seção 8); e que dessa análise decorrem critérios concretos de discernimento para os ambientes educacionais e eclesiais (seção 9).

O risco teológico contemporâneo, cumpre reiterar, é o da sacralização: a transferência indevida ao algoritmo de prerrogativas que pertencem à pessoa humana enquanto imagem de Deus e, em última instância, ao próprio Deus. O uso legítimo do artefato em muitos contextos

permanece expressamente reconhecido tanto por *Antiqua et Nova* quanto por *Magnifica Humanitas*. Entre a edificação de Babel e a reconstrução de Jerusalém, a era da IA repropõe a alternativa agostiniana dos dois amores, e o discernimento cristão diante da técnica é, no fundo, discernimento do coração.

O título deste trabalho pode agora ser plenamente justificado. A expressão “simulacro do Logos” busca nomear o resultado da análise: a Inteligência Artificial generativa produz aquilo que, na tradição joanina, é o atributo próprio do Verbo, a saber: a palavra que ilumina, ordena e comunica, sem participar daquilo que o Verbo é. O simulacro distingue-se da cópia imperfeita, que aspira ao original: ele ocupa o lugar do original e o dispensa. Nesse sentido, a palavra gerada estatisticamente é simulacro do Logos: assemelha-se ao verbo humano, que, por sua vez, é imagem do Verbo divino, sem enraizar-se na carne, na consciência ou na relação com Deus que constituem o falar humano em sua dignidade. A resposta cristã ao simulacro passa longe do pânico e da proibição: consiste na confissão renovada daquilo que o simulacro não pode ser: “e o Verbo se fez carne, e habitou entre nós” (Jo 1,14). Enquanto a palavra simulada produz aparência de relação, a Palavra encarnada funda a realidade da comunhão, e é dessa diferença, incomensurável e salvífica, que a teologia deve continuar guardiã.

Como desdobramentos desta pesquisa, indicam-se três caminhos para estudos futuros: o aprofundamento dogmático da relação entre *imago Dei* e linguagem, considerando que a IA generativa é primordialmente um artefato linguístico e que o esquema interpretativo proposto por Herzfeld (2002), que compreende a imagem como substância, função e relação, oferece um ponto de partida promissor para esse exame; a análise teológico-pastoral sistemática das práticas eclesiais nas quais sistemas automatizados já são utilizados ou propostos, com vistas à formulação de critérios de discernimento; e a recepção interconfessional dos documentos magisteriais examinados, cujas advertências encontram correspondência em tradições protestantes contemporâneas, abrindo espaço para um discernimento ecumênico sobre a técnica.

Referências

AGOSTINHO, S. **A Cidade de Deus**: volume 2 (livros 7-14). Tradução de Luiz Marcos da Silva Filho e João Carlos Nogueira. São Paulo: Paulus, 2025. (Coleção Patrística, 50/2).

AQUINO, T. de. **Suma Teológica**. São Paulo: Loyola, 2001.

BARTH, K. **Esboço de uma Dogmática**. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

BONHOEFFER, D. **Criação e Queda**: comentário teológico sobre Gênesis 1-3. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Pastoral Gaudium et Spes**: sobre a Igreja no mundo atual. Roma: Tipografia Vaticana, 7 dez. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 20 jun. 2026.

HERZFELD, N. L. **In Our Image**: Artificial Intelligence and the Human Spirit. Minneapolis: Fortress Press, 2002.

LEÃO XIV. **Carta Encíclica Magnifica Humanitas**: sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da Inteligência Artificial. Roma: Tipografia Vaticana, 15 maio 2026. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/encyclicals/documents/20260515-magnifica-humanitas.html>. Acesso em: 20 jun. 2026.

LEWIS, C. S. **A Abolição do Homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PANNENBERG, W. **Antropologia em Perspectiva Teológica**. Petrópolis: Vozes, 2008.

RATZINGER, J. **Introdução ao Cristianismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

TILLICH, P. **Teologia Sistemática**. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

TOLKIEN, J. R. R. **Sobre Estórias de Fadas**. São Paulo: Conrad, 2006a.

TOLKIEN, J. R. R. **As Cartas de J. R. R. Tolkien**. Curitiba: Arte & Letra, 2006b.

TOLKIEN, J. R. R. **O Silmarillion**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

VATICANO. Dicastério para a Doutrina da Fé; Dicastério para a Cultura e a Educação. **Antiqua et Nova**: Nota sobre a relação entre a inteligência artificial e a inteligência humana. Roma: Tipografia Vaticana, 14 jan. 2025. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_dcf_doc_20250128_antiqua-et-nova_po.html. Acesso em: 20 jun. 2026.

Data de submissão: 17/08/2026

Data de aceite: 03/09/202